

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a leitura do expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Amélia de Azevedo): — Uma carta da Sr.^a Maria Emília da Silva Martinho, de Lisboa, pedindo à Assembleia da República que na sua I Legislatura tome em consideração e estude as redes de distribuição de água, esgotos e luz a todos os locais onde ainda não existem, planos de urbanização e desinfectação para as zonas das barracas e bairros de lata, um plano para acabar com a mendicidade, o combate à pornografia, à prostituição e à droga, não esquecendo quem está por trás das vítimas e as manipula, e a integração dos retornados.

Uma moção aprovada num comício realizado no dia 1 de Maio de 1976, no Parque de Santa Catarina, no Funchal, representando os sindicatos e todas as organizações populares desta região, na qual repudiam o novo projecto de lei da greve e exigem a sua alteração, repudiando e exigindo também a alteração do Decreto-Lei n.º 164-A/76, sobre a contratação colectiva, além da prisão e julgamento imediato dos pides soltos, a repressão imediata sobre os movimentos separatistas, terroristas e fascistas e a saída de Portugal da NATO.

Uma carta do Sr. Manuel Figueiredo, de França, na qual se declara a não aceitação da taxa militar exploradora, exigindo-se o seu não pagamento.

Uma reivindicação dos pescadores do Sotavento sobre o abaixamento do preço da gasolina, porque consideram de elementar justiça que o Governo reduza o preço do combustível de que necessitam para trabalhar. São as comissões de luta de Vila Real de Santo António, Monte Gordo, Manta Rota, Cacela, Cabanas e Tavira que a subscrevem.

Moção aprovada no plenário nacional dos magistrados do Ministério Público junto dos tribunais do trabalho, na qual manifestam a sua concordância com a projectada integração dos tribunais do trabalho na jurisdição comum, mas consideram inadmissível que dessa integração resulte a supressão pura e simples dos tribunais de competência especializada em questões laborais, atendendo à sua complexidade e diversidade, e que, no acesso aos lugares dessa jurisdição especializada, não fique salvaguardada uma clara preferência aos actuais magistrados do trabalho.

Uma carta do Sr. Joaquim Luna de Carvalho, da Pampilhosa, na qual põe à consideração da Assembleia que compete aos Poderes Públicos providenciar no sentido de estabelecer um plano que, assegurando a independência económica, financeira e política da Nação, resolva esses problemas numa base de justiça, para serem salvaguardados e assegurados os direitos legítimos dos cidadãos, por distribuição equitativa dos impostos ou contribuições consciente e voluntariamente aceites.

Uma carta do Sr. Manuel da Costa Rosa, na qual pede que a Assembleia da República tome em consideração e estude se serão viáveis ligações recíprocas por canais entre os rios Guadiana, Sado e Mira, bem como entre estes dois últimos rios, e pergunta por que não existe implantado um complexo de mineração, industrialização e síntese ou análise de produtos (metálicos ou outros, aproveitáveis da ganga, para fins úteis, caso eles existam) junto ou próximo do depósito hematítico de Moncorvo. Pergunta ainda se não seria possível encurtar de alguns quilómetros o trajecto Santarém-Rio Maior, e vice-versa, e se não

haverá possibilidade de fazer chegar, alcatroada, a qualquer das estradas nacionais que servem Coruche a estrada nacional n.º 267, originada (ou cruzante) no quilómetro 54,4 da estrada nacional n.º 118. Pergunta, por último, se não será encontrado modo de parar ou fazer decrescer a inflação.

O Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa, em virtude de os órgãos de informação terem, de maneira geral, silenciado as posições desse Sindicato face ao problema da reestruturação da imprensa, envia cópias do comunicado aos sócios e trabalhadores em geral de 27 de Fevereiro de 1976, cópia da resposta ao chefe do Gabinete do Ministro da Comunicação Social e cópias dos comunicados de 6 de Novembro de 1975 e de 13 de Fevereiro de 1976.

Ainda uma carta dos reformados do funcionalismo público, na qual pedem que esta Assembleia debata o aumento das suas pensões de reforma.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados: Encontra-se já na Mesa a indicação dos Srs. Deputados que irão constituir a Comissão que vai elaborar o projecto do nosso futuro Regimento. São os seguintes: pela UDP, o Sr. Deputado Acácio Barreiros; pelo PCP, os Srs. Deputados Lino Lima, José Manuel Maia Nunes de Almeida e Vital Moreira; pelo CDS, os Srs. Deputados Francisco Lucas Pires, António Martins Canaverde e Narana Coissoró; pelo PPD, os Srs. Deputados Jorge Miranda, Afonso Moura Guedes, Barbosa de Melo, Nandim de Carvalho e Paulo Pitta e Cunha, além de dois suplentes: António Rebelo de Sousa e Pedro Roseta; pelo PS, os Srs. Deputados José Luís Nunes, Mário Sottomayor Cardia, António Arnaut, Nuno Godinho de Matos, Alberto Oliveira e Silva e António Reis, figurando como suplentes os Srs. Deputados Aquilino Ribeiro Machado e Álvaro Monteiro.

Há alguma objecção por parte da Assembleia?

Pausa.

Como não há nenhuma objecção, considero sancionadas estas indicações.

Peço aos Srs. Deputados agora indicados o favor de se reunirem comigo no fim da sessão, visto que pertencem à Comissão que irá elaborar o projecto de Regimento, dirigindo-se para o efeito ao meu Gabinete.

Vou dar a palavra, para a leitura do relatório da Comissão de Verificação de Poderes, ao respectivo relator, Sr. Deputado António Arnaut.

O Sr. **António Arnaut** (PS): — Relatório da Comissão de Verificação de Poderes:

1. Aos 3 e 4 de Junho de 1976, numa dependência do Palácio de S. Bento, reuniu-se a Comissão de Verificação de Poderes, para proceder à verificação dos poderes dos Deputados eleitos para a Assembleia da República no dia 25 de Abril do corrente ano.

A Comissão é constituída pelos Deputados:

António Macedo, Álvaro Monteiro, António Arnaut e Nuno Godinho de Matos, do Partido Socialista;

Artur Pinto da Cunha Leal, Nuno Rodrigues dos Santos e Olívio França, do Partido Popular Democrático;